

ficação. Sua pobreza e desvinculação da realidade não devem ser atribuídas a insuficiências de quem as usa, mas à insuficiência do próprio regime capitalista: ele necessita, agora, e de maneira essencial, da impostura. Ela é uma de suas condições de sobrevivência. Daí a forma como valoriza as superestruturas, escondendo as infra-estruturas; como privilegia o passado e categorias por ele geradas e legitimadas, com prejuízo do presente e de suas exigências. Daí o seu esforço em relegar a ciência a mera fenomenologia, em que os fatos vivem do arrolamento quantitativo, em prejuízo das mudanças qualitativas. A linguagem do economista torna-se, conseqüentemente, esotérica, para acobertar alterações as mais escandalosas.⁶

Desde logo, convém situar claramente dois dos conceitos mais perdulariamente consumidos, nos últimos tempos, e que servem com eficácia à confusão, não semântica mas ideológica: o de desenvolvimento e, por contraste, o de subdesenvolvimento. É curioso como este último ganhou foros de chave para todos os mistérios aparentes do atraso e da miséria em que jazem as parcelas mais numerosas da população mundial. Ganhou essa primazia, e motivou acurados estudos — a bibliografia sobre o subdesenvolvimento e sobre as maneiras de superá-lo conta, hoje, milhares de títulos — a partir, é bom notar, do fim da Segunda Guerra Mundial e particularmente da abertura da chamada “guerra fria”. Numa etapa em que o mundo se dividia em dois campos, o socialista e o capitalista, dividi-lo em desenvolvido e subdesenvolvido correspondia a deslocar a essência do problema e, portanto, era uma forma de fugir à realidade e de sonegar a contradição fundamental que ela continha. Grupando

⁶ Em conferência na Escola Superior de Guerra, recentemente, o economista Roberto de Oliveira Campos dizia o seguinte, segundo resumo de jornal: “Ao falar das estruturas econômicas, qualifiquei de *semântica obsoleta* as definições correntes de capitalismo e de socialismo. Na realidade, o capitalismo liberal, baseado na economia livre de mercado, há muito deixou de existir; o que existe são as economias centralmente planejadas, em que o poder econômico se confunde com o poder político, e o consumidor é item residual; e as economias associativas de mercado, em que o poder político é distinto do poder econômico e este é dividido entre o governo, as empresas e os sindicatos. Sob o ponto de vista das relações de propriedade, esta é *individual* no primeiro caso, *estatal* no segundo e *grupal* ou *mista* no terceiro”. Assim, sob essa linguagem, as relações reais desaparecem, escondidas sob vagas abstrações, conceitos que não têm categorias correspondentes na realidade. Campos, responsável pelo Plano de Metas do Governo Kubitschek, em que foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e depois embaixador em Washington, no Governo Goulart, seria Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, responsável pelo Plano de Ação Econômica do Governo. Mas a mesma confusão, em torno de outros conceitos, pode ser encontrada em Celso Furtado, responsável pelo Plano Trienal, do Governo Goulart, em que foi Ministro do Planejamento. Em seu recente livro *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio, 1972), com observações agudas sobre os problemas do país e de sua economia, não existe qualquer referência à categoria imperialismo, ainda quando apontadas formas de associação entre desenvolvimento e dependência. Assim, o esforço dos economistas é no sentido de separar a economia da política.